



LICENÇA DE OPERAÇÃO DE REGULARIZAÇÃO

A Fundação Estadual de Proteção Ambiental, criada pela Lei Estadual nº 9.077 de 04/06/90, registrada no Ofício do Registro Oficial em 01/02/91, e com seu Estatuto aprovado pelo Decreto nº 51.761, de 26/08/14, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 6.938, de 31/08/81, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, regulamentada pelo Decreto nº 99.274, de 06/06/90 e com base nos autos do processo administrativo nº 517-05.67/24.1 concede a presente LICENÇA DE OPERAÇÃO DE REGULARIZAÇÃO.

I - Identificação:

EMPREENDEDOR RESPONSÁVEL: 196534 - UNIQUE RUBBER TECHNOLOGIES LTDA

CPF / CNPJ / Doc Estr: 87.235.297/0001-52

ENDEREÇO: AVENIDA PAROBE 2323
ARROIO DA MANTEIGA
93140-000 SAO LEOPOLDO - RS

EMPREENDIMENTO: 118262 - FAB ARTIGOS/ARTEF DIVERSOS DE BORRACHA

LOCALIZAÇÃO: AVENIDA PAROBE, 2323
SCHARLAU
SAO LEOPOLDO - RS

COORDENADAS GEOGRÁFICAS: Latitude: -29,72342770 Longitude: -51,16965850

A PROMOVER: FABRICAÇÃO ARTIGOS/ARTEF DIVERSOS DE BORRACHA

RAMO DE ATIVIDADE: 2.070,00

MEDIDA DE PORTE: 95.234,22 área útil em m²

ÁREA DO TERRENO (m²): 235.364,62

ÁREA CONSTRUÍDA (m²): 54.090,98

Nº DE EMPREGADOS: 408

II - Condições e Restrições:

1. Quanto ao Empreendimento:

1.1- período de validade deste documento: 10/01/2025 à 10/01/2030;

1.2- a capacidade produtiva máxima mensal do empreendimento é de:

Quantidade	Unidade Medida	Descrição do Produto
110.000,0	L	adesivo/cola
2.178,0	t	bandas de rodagem - compostos de borracha vulcanizados
264,0	t	camelback - compostos de borracha
60,0	t	enchimento
224,0	t	ligação
495,0	t	massa de compostos para ind recapagem pneus e artefatos de borracha
63,0	t	orbicushion

1.3- esta licença contempla a operação dos seguintes equipamentos principais: 1 autoclave com capacidade de 16 pneus/ciclo, 2 calandras com capacidade de (1200 e 1500) kg/h, 1 caldeira a lenha com capacidade de 4000 kgv/h, 1 caldeira elétrica com capacidade de 130 kgv/h, 7 conjuntos de extrusoras com capacidade de 3800 t/mês, 19 conjuntos de prensas com capacidade de 290.000 bandas/mês, 9 empilhadeiras a gás GLP, 4 linhas de embalagem com capacidade de 240.000 bandas/mês, 10 misturadores abertos de cilindros com capacidade de 800 t/mês, 2 misturadores da fábrica de cola com capacidade de 1200

L/ciclo, 3 misturadores internos de rotores com capacidade de (270 e 240) L, 1 triturador da fábrica de colas com capacidade de 200 kg/ciclo;

- 1.4- esta licença contempla a operação das seguintes etapas do processo produtivo: CAMELBACK - extrusão do composto, união com a ligação para camelback, embalagem, estocagem; BANDA DE RODAGEM - extrusão do composto, prensa, acabamento, embalagem, estocagem; COLA/ ADESIVO - corte do composto, dissolver composto em bateadeira, embalagem, estocagem; CALANDRADOS E LIGAÇÕES PARA PRÉ-CURADO - calandragem, embalagem, estocagem; PNEU RECAPADO - inspeção, raspagem, escareamento, aplicação de cola, preenchimento das escareações, preparo da banda de rodagem (corte e aplicação de ligação), aplicação da banda de rodagem na carcaça, vulcanização da carcaça com a banda de rodagem, inspeção, pintura, estocagem; COMPOSTOS PARA TERCEIROS - pesagem do composto, embalagem, estocagem;
- 1.5- no caso de qualquer alteração a ser realizada no empreendimento (alteração de processo, implantação de novas linhas de produção, ampliação de área ou de produção, realocação, etc.) deverá ser previamente providenciado o licenciamento junto à FEPAM, exceto nos casos previstos na Portaria FEPAM nº 301/2023 e suas alterações;
- 1.6- deverá ser realizada, a cada 2 (dois) anos, Auditoria Ambiental no empreendimento, conforme estabelece a Portaria FEPAM nº 32/2016, devendo ser apresentado à FEPAM o Relatório de Auditoria Ambiental, em até 60 (sessenta) dias a partir da sua realização;
- 1.7- o empreendedor é responsável por manter condições operacionais adequadas, respondendo por quaisquer danos ao meio ambiente decorrentes da má operação do empreendimento;
- 1.8- caso haja o encerramento das atividades, deverá ser providenciada a solicitação de Autorização para Desativação do Empreendimento, conforme estabelece Portaria FEPAM 266/2022;
- 1.9- sempre que a empresa firmar algum acordo de melhoria ambiental ou ajustamento de conduta com outros órgãos (federal, estadual ou municipal), deverá ser enviada cópia desse documento à FEPAM, como juntada ao processo administrativo em vigor;
- 1.10- esta licença não exime o empreendedor do atendimento às demais obrigações legais (federais, estaduais e municipais);
- 1.11- deverá ser feita a comunicação imediata à Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura na hipótese de descoberta fortuita de elementos de interesse paleontológico na área do empreendimento;
- 1.12- no prazo de até 60 (sessenta) dias deverá ser apresentado o(s) Certificado(s) de Regularidade do Cadastro Técnico Federal - CTF/APP válido(s) (www.ibama.gov.br), de todos os empreendedores deste empreendimento, com correlação na(s) Ficha(s) Técnica(s) de Enquadramento:

Categoria	Código	Descrição
15	15 - 5	Fabricação de resinas e de fibras e fios artificiais e sintéticos e de borracha e látex sintéticos

2. Quanto à Preservação e Conservação Ambiental:

- 2.1- deverão ser integralmente mantidas e preservadas, em suas condições atuais, a Área de Preservação Permanente (APP) existentes na gleba do empreendimento, com ênfase na faixa de 30 (trinta) metros ao longo das margens de Arroio Cerquinha, localizado na porção leste da gleba, conforme Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012, e Art. 144 da Lei Estadual nº 15.432/2020, de 09 de janeiro de 2020, bem como toda a vegetação existente dentro dos limites destas áreas;
- 2.2- deverão ser preservados os exemplares arbóreos de espécies nativas, bem como as porções de matas existentes no terreno que não interferirão na área do empreendimento, conforme rege o Art. 143 da Lei Estadual nº 15.434, de 09 de janeiro de 2020, de acordo com o apresentado no Laudo de Cobertura Vegetal sob ART 2020/15375 CRBio 3. Caso haja necessidade de qualquer tipo de intervenção, deverá ser previamente autorizada conforme legislação específica;
- 2.3- fica proibido o abate de qualquer exemplar vegetal cuja espécie encontre-se listada no anexo do Decreto Estadual nº. 52.109 de 1º de dezembro de 2014, Portaria MMA nº 443/2014, e Decreto Estadual nº 29.019, de 16 de julho de 1979, que por ventura ocorram dentro dos limites da área total pretendida para o licenciamento deste empreendimento, com ênfase nas espécies Butia capitata, Ficus organensis, Syagrus romanzoffiana, entre outras, conforme apresentado no Laudo de Cobertura Vegetal sob ART 2020/15375 CRBio 3;
- 2.4- deverão ser mantidos isolados e com alguma identificação (placas de advertência) as porções da gleba utilizadas junto ao PRAD aprovado pelo DLF/SEMA, sob DAPPF nº 018/2010 (processo administrativo nº 12482.0657/09-8), onde houve o plantio de 879 (oitocentas e setenta e nove) mudas, perfazendo uma área total de 10.684,89 m². Tais áreas não poderão sofrer interferência da operação do empreendimento;
- 2.5- deverá ser implantado na íntegra o complemento de PRAD, com ênfase na recuperação dos remanescentes da APP do Arroio Cerquinha, em área invadida pela instalação dos acessos a gleba da empresa, localizada na porção leste da mesma e inserida na APP mencionada. Tal PRAD deverá ser inserido em porções da gleba da empresa (norte e leste), com o plantio de 1.334 (mil trezentos e trinta e quatro) mudas nativas, totalizando uma área de 10.949,97 m², conforme apresentado sob responsabilidade da ART 2021/15341 CRBio 3. Após sua execução, apresentar Laudo Técnico com registro fotográfico e ART correspondente;
- 2.6- também deverá ocorrer a recuperação de parte da APP do Arroio Cerquinha, bem como sua mata ciliar, atingida por incêndio na empresa em fevereiro/2022. Caso as ações previstas já tenham ocorrido, apresentar Laudo Técnico atualizado da porção

atingida, bem como comprovação do plantio de no mínimo 15 (quinze) exemplares como forma compensatória, conforme indicado em documento anexado no Sistema SOL em 02/03/2022. Se por ventura não tenha ocorrido tal plantio, encaminhar sua execução conforme previsto;

- 2.7- deverão ser apresentados relatórios anuais, pelo prazo de vigência desta LO, referentes às condições de medra de todos os exemplares arbóreos utilizados no PRAD mencionado anteriormente, bem como do plantio de mudas compensatórias do incêndio junto ao Arroio Cerquinha. O encerramento deste acompanhamento só será avaliado se houver atendimento integral ao Artigo 18 da IN SEMA nº 001/2018. Cada relatório deverá ser acompanhado de ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) do profissional responsável pelas atividades, bem como de relatório fotográfico das áreas contempladas pelo plantio;
- 2.8- os relatórios citados no item anterior deverão contemplar, também, informações como: espécies utilizadas (quantitativo), condição fitossanitária, dados dendrométricos, volume de perdas ocorridas durante o tempo transcorrido, bem como o projeto de reposição dos espécimes mortos, com cronograma de implantação desta nova atividade;
- 2.9- é proibida a utilização, perseguição, destruição, caça ou apanha de animais silvestres (Lei Federal 5197/67);
- 2.10- a intervenção em exemplares de espécies exóticas está isenta, podendo ser efetuada em casos de riscos de queda, danos ao patrimônio, a terceiros e pessoas, desde que não estejam associadas a alguma Área de Preservação Permanente (APP). Somente poderá ocorrer intervenção em exemplares após verificação da ocorrência de ninhos ou abrigos de animais, devendo o mesmo ser orientado por profissional habilitado, indicando o melhor momento para sua realização. Após as atividades relacionadas deverá ser apresentado à FEPAM relatório técnico com as informações e justificativas técnicas para as intervenções, acompanhado de ART de profissional habilitado;
- 2.11- para o caso de necessidade de intervenção de exemplares vegetais exóticos que estejam causando risco junto à redes elétricas, deverá ser feita comunicação junto à concessionária de energia elétrica para as devidas providências. Em ocorrendo autorização por parte da concessionária para intervenção na vegetação da gleba do empreendimento, a mesma deverá ser apresentada ao final das atividades, junto com relatório técnico e ART de profissional habilitado, conforme item anterior;
- 2.12- as intervenções em espécies exóticas mencionadas nos itens acima não poderão causar danos as espécies nativas no seu entorno, devendo adotar todas as medidas necessárias para não interferir nos demais espécimes;
- 2.13- deverá ser atendida a Portaria SEMA nº 79, de 31 de outubro de 2013, e as Instruções Normativas SEMA nº 12 e 14, de 10 de dezembro de 2014, a fim de controlar as espécies exóticas invasoras na gleba do empreendimento. Caso ocorra a necessidade de remoção de vegetação invasora, apresentar proposta técnica com metodologia e cronograma de execução, para aprovação prévia pela FEPAM;
- 2.14- o empreendimento possui anuência das Unidades de Conservação (UCs), sendo a Declaração de Anuência Nº 008/2009 - CRHUC, datada de 09/03/2009, da Prefeitura Municipal de São Leopoldo, órgão gestor da UC Parque Natural Municipal Imperatriz Leopoldina, e o OF.SEMAM Nº 101/2009, datado de 11/03/2009, da Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo, órgão gestor das UCs Parque Municipal Novo Hamburgo, do Parque Municipal Henrique Roessler (Parcão) e da Reserva de Filo-fito Ecossistema de Brejo. O não cumprimento dos itens dispostos neste documento pode acarretar a revogação da mesma;

3. Quanto ao Abastecimento de Água:

- 3.1- a captação de água subterrânea deverá ser realizada conforme Portaria DRH Nº 1059/2010, de 17/11/2010, do Departamento de Recursos Hídricos da Secretaria do Meio Ambiente do Estado do Rio Grande do Sul, que autoriza a empresa a captar 140 m³/dia, num regime de bombeamento de 11m³/h, 13 horas/dia, durante 5 dias/semana, com a finalidade de uso industrial (fabricação de artefatos de borracha, refrigeração, caldeiras), no ponto de coordenadas geográficas 29°43'06" S e 51°10'07" W;
- 3.2- considerando que a captação de água do poço está limitada ao regime de bombeamento de 140 m³/dia, a vazão complementar de água necessária para desenvolvimento das atividades empreendimento deverá ser fornecida pela concessionária de água do município, SEMAE - Serviço Municipal de Água e Esgoto de São Leopoldo;
- 3.3- deverá manter vigentes, os documentos de Outorga para captação de água subterrânea, durante toda a operação do empreendimento;

4. Quanto aos Efluentes Líquidos:

- 4.1- para o Efluente Líquido INDUSTRIAL e SANITÁRIO:
 - 4.1.1- este empreendimento está incluído no Sistema de Automonitoramento de Efluentes Líquidos das Atividades Poluidoras Localizadas no Estado do Rio Grande do Sul - SISAUTO, atualizado pela Resolução CONSEMA N.º 01 de 20 de março de 1998 e publicada em 15 de abril de 1998, na classe B, devendo realizar medições e análises de seus efluentes líquidos de acordo com a "Tabela de Parâmetros e Padrão de Emissão" desta Licença e encaminhar a respectiva "Planilha de Acompanhamento de Efluentes Líquidos" à FEPAM, via digital, até o décimo dia dos meses de janeiro e julho, de acordo com o Art. 19 desta Resolução (a Planilha digital encontra-se disponível na home-page da FEPAM: www.fepam.rs.gov.br, em Licenciamento Ambiental/ Resíduos e Efluentes - Planilhas de Acompanhamento/ SISAUTO- Planilha SISAUTO on Line);
 - 4.1.2- a vazão máxima de efluentes líquidos a ser gerada é de 106,78 m³/dia, sendo 72,58 m³/dia de efluentes industriais e

34,2 m³/dia de efluentes sanitários;

- 4.1.3- a vazão máxima permitida para o lançamento dos efluentes líquidos industriais e sanitários é de 66,0000 m³/dia, sendo que a vazão de pico não poderá ultrapassar 1,5 vezes a vazão média horária lançada no dia, de modo a atender o artigo 16 da Resolução CONAMA 430/2011;
- 4.1.4- corpo receptor dos efluentes líquidos tratados: ARROIO CERQUINHA, no ponto com as seguintes coordenadas geográficas: Latitude -29,72029200 e Longitude -51,16754000;
- 4.1.5- os efluentes líquidos gerados, após tratamento (na saída do sistema de Wetland), totalizam uma vazão máxima de 83,8 m³/dia de efluente líquido tratado. Sendo autorizado o lançamento máximo de 66 m³/dia no corpo hídrico receptor Arroio Cerquinha, e a vazão restante de 17,8 m³/dia de efluente tratado, deverá ser aplicada no SOLO através de sistema de aspersão (irrigação de jardins);
- 4.1.6- deverá ser mantido o controle e registro diário da vazão de efluente tratado lançada no corpo hídrico receptor e da vazão utilizada na irrigação dos jardins, através dos respectivos medidores de vazão; Devendo ser comprovado, no prazo de 30 (trinta) dias, a instalação após o sistema de Wetland, do medidor de vazão de precisão (medição ativa e totalizador), para medição do efluente tratado utilizado no sistema de aspersão (irrigação);
- 4.1.7- deverá ser realizado o reciclo parcial de seus efluentes líquidos industriais, com uma vazão de 19,2000 m³/dia;
- 4.1.8- deverá ser apresentado à FEPAM, trimestralmente, até o décimo dia dos meses de janeiro, abril, julho e outubro, o "Relatório de Reciclo de Efluentes Líquidos" (o modelo do Relatório encontra-se disponível na home-page da FEPAM: www.fepam.rs.gov.br, em Licenciamento Ambiental / Formulários / Planilhas de Acompanhamento / SISAUTO - Planilhas de Automonitoramento / Relatório de Reciclo de Efluentes Líquidos);
- 4.1.9- os efluentes líquidos industriais deverão atender aos seguintes padrões de emissão, na saída da caixa de reuso, para posterior envio para tratamento complementar/polimento na ETE do sistema terciário (Wetland). e deverão ser analisados e reportados, na mesma periodicidade do SISAUTO, através da "Planilha de Acompanhamento de Efluentes Líquidos", os parâmetros, as frequências de medição e os tipos de amostragem abaixo listados:

Tabela de Parâmetros e Padrão de Emissão			
Parâmetro	Padrão de Emissão a Ser Atendido	Frequência Medição	Tipo Amostragem
Alumínio	<= 6,68 mg Al/L	trimestral	composta
Demanda química de oxigênio	<= 330 mg O2/L	bimestral	composta
Óleos e graxas minerais	<= 10 mg/L	trimestral	simples
pH	entre 6,0 e 9,0	diária	simples
Subst tensoativas reag azul metileno	<= 2,0 mg MBAS/L	trimestral	composta
Sulfeto total	<= 0,134 mg S-2/L	trimestral	simples
Vazão	<= 53,4 m³/dia	diária	simples
Zinco	<= 2,0 mg Zn/L	trimestral	composta

- 4.1.10- os efluentes líquidos sanitários, na saída da ETE - Biológico, deverão atender aos padrões de emissão estabelecidos nesta licença, para posterior envio para tratamento complementar/polimento na ETE do sistema terciário (Wetland), para os seguintes parâmetros: óleos e graxas minerais, óleos e graxas vegetais e animais, sulfeto total e substâncias tensoativas reag. azul de metileno. Devendo informar a vazão diária. E deverão ser analisados e reportados, na mesma periodicidade do SISAUTO, através da "Planilha de Acompanhamento de Efluentes Líquidos", com as frequências de medição e os tipos de amostragem (conforme Resolução CONSEMA 01/1998);
- 4.1.11- para fins de automonitoramento, deverão ser analisados e reportados, através da "Planilha de Acompanhamento de Efluentes Líquidos", os parâmetros, as frequências de medição e os tipos de amostragem abaixo listados para os efluentes líquidos industriais e sanitários tratados com lançamento direto ou indireto em corpos hídricos (conforme Resoluções CONSEMA N.º 01/1998 e N.º 355/2017):

Tabela de Parâmetros e Padrão de Emissão			
Parâmetro	Padrão de Emissão a Ser Atendido	Frequência Medição	Tipo Amostragem
Alumínio	<= 6,68 mg Al/L	trimestral	composta
Coliformes termotolerantes	<= 66.764 NMP/100mL	trimestral	simples
Demanda bioquímica de oxigênio	<= 120 mg O2/l	trimestral	composta
Demanda química de oxigênio	<= 330 mg O2/l	bimestral	composta
Fósforo total - miligramas por litro	<= 4 mg P/L, ou 75% de eficiência	trimestral	composta
Nitrogênio amoniacal	<= 20 mg Nam/L	trimestral	composta
Óleos e graxas minerais	<= 10 mg OG/L	trimestral	simples
Óleos e graxas vegetais e animais	<= 30 mg/L	trimestral	simples
pH	entre 6 e 9	diária	simples
Sólidos sedimentáveis	<= 1,0 ml/L em teste de 1 (uma) hora	trimestral	composta

Tabela de Parâmetros e Padrão de Emissão			
	<i>Padrão de Emissão a Ser Atendido</i>	<i>Frequência Medição</i>	<i>Tipo Amostragem</i>
	em "Cone Imhoff"		
Sólidos suspensos totais	<= 140 mg/l	trimestral	composta
Subst tensoativas reag azul metileno	<= 2 mg LAS/L	trimestral	composta
Sulfeto total	<= 0,134 mg S-2/L	trimestral	simples
Temperatura	<= 40 ° C	diária	simples
Vazão	<= 66 m³/dia	anual	simples
Zinco	<= 2,0 mg Zn/L	semanal	composta

- caso opte por trabalhar com eficiência de remoção deverão ser apresentados laudos de análise dos efluentes bruto e tratado para o respectivo parâmetro;

- 4.1.12- os parâmetros cor, espuma, materiais flutuantes e odor devem ter monitoramento diário pelo operador da estação de tratamento, a fim de verificar o atendimento aos padrões estabelecidos na Resolução Consema nº 355/2017, e os registros observados devem ser armazenados no local, à disposição da fiscalização da FEPAM;
- 4.1.13- deverá ser apresentado à FEPAM, via digital, resultado de análise físico-química de seus efluentes brutos com uma periodicidade anual, no mês de março, realizada por laboratório cadastrado junto a esta Fundação (a Planilha digital encontra-se disponível na home-page da FEPAM: www.fepam.rs.gov.br, em Licenciamento Ambiental/ Resíduos e Efluentes - SISAUTO- Planilha SISAUTO On Line). A análise deverá abranger os seguintes parâmetros: pH, temperatura, DBO5, DQO, sólidos suspensos, sólidos sedimentáveis, óleos e graxas e demais parâmetros relevantes existentes na composição do referido efluente;
- 4.1.14- deverá ser mantido um responsável técnico pela operação da Estação de Tratamento de Efluentes Líquidos (ETE) com a ART (anotação de responsabilidade técnica) atualizada, bem como deverá ser apresentado, com uma periodicidade semestral, nos meses de janeiro e julho, relatório técnico assinado pelo respectivo responsável técnico, descrevendo as condições de operação da ETE e acompanhado da cópia da respectiva ART. Os relatórios deverão conter fotos atualizadas de acordo com o período que está sendo relatado, tabelas resumo dos dados monitorados (bruto e tratado), gráficos que demonstrem a variabilidade dos parâmetros, eficiência do sistema e parecer conclusivo quanto ao atendimento às condicionantes da licença relacionadas aos efluente. Deverá conter, também, relato dos problemas ocorridos durante o período, instalação de novos equipamentos, paradas da estação ou do processo produtivo, modificações realizadas na ETE, eficiência do sistema de infiltração do efluente, etapas que realizam reciclo/reuso de efluentes, utilizações dos efluentes reutilizados, etc.;
- 4.1.15- deverão ser mantidos junto ao sistema de tratamento de efluentes líquidos, à disposição da fiscalização da FEPAM, relatórios da operação do mesmo, incluindo análises e medições realizadas, consumo de água, vazões recirculadas, vazões tratadas e lançadas, bem como registros das compras de produtos químicos utilizados para o tratamento, por um período mínimo de dois anos;
- 4.1.16- deverá ser apresentado à FEPAM, anualmente, no mês de dezembro, via digital, resultado de análise de Ecotoxicidade dos efluentes líquidos tratados, realizada por laboratório cadastrado junto a esta Fundação (a Planilha digital encontra-se disponível na home-page da FEPAM: www.fepam.rs.gov.br, em Licenciamento Ambiental/ Resíduos e Efluentes - SISAUTO- Planilha SISAUTO On Line). A análise deverá ser efetuada em organismos teste de no mínimo dois diferentes níveis tróficos;
- 4.1.17- o efluente industrial tratado deverá atender ao padrão de Ecotoxicidade conforme determina o Artigo 18, § 3º, I e II da Resolução Conama 430/2011, em função da vazão lançada, da vazão de referência e da classe do corpo receptor;
- 4.1.18- deverá ser apresentado à FEPAM, com a mesma frequência dos resultados de análise de Ecotoxicidade, relatório conclusivo quanto ao atendimento do estabelecido no Artigo 18, § 3º da Resolução CONAMA nº 430/2011, com indicação dos valores utilizados para o cálculo da Concentração do Efluente no Corpo Receptor (CECR), acompanhado da ART do responsável técnico pela elaboração do documento;
- 4.1.19- deverá ser apresentada anualmente à FEPAM, até o dia 31 de março, durante o período de vigência desta licença, declaração de carga poluidora, referente ao ano civil anterior e a todos os parâmetros pertinentes a atividade, assinada pelo responsável técnico e pelo responsável legal da empresa (o Modelo para Apresentação da Declaração de Carga Poluidora encontra-se disponível na home-page da FEPAM: www.fepam.rs.gov.br, em Licenciamento Ambiental/Normas Técnicas);
- 4.2- para efeito de controle das condições de lançamento, não é permitida a mistura de efluentes com águas de melhor qualidade antes do seu lançamento, tais como águas de abastecimento, do mar e de sistemas abertos de refrigeração sem recirculação, com a finalidade de diluição, conforme artigos 9º da Resolução CONAMA n.º 430/2011 e 16 da Resolução CONSEMA N.º 355/2017;
- 4.3- deverão ser realizadas manutenções periódicas no sistema de tratamento de efluentes sanitários, a fim de garantir sua boa operação e consequente eficiência;
- 4.4- deverão ser atendidos todos os padrões de emissão constantes nas Resolução CONSEMA N.º 355/2017, de 13 de julho de 2017,

independentemente do acompanhamento do SISAUTO;

4.5- quanto a aplicação dos efluentes líquidos tratados em SOLO:

- 4.5.1- a empresa está autorizada a aplicar por sistema de aspersão (irrigação) parte do efluente tratado, coletado após o sistema de Wetlands, na área com 3,5 hectares, localizada na parte frontal da empresa, para fins de irrigação de gramados;
- 4.5.2- deverá enviar, SEMESTRALMENTE, nos meses de julho e janeiro, Laudo de Análise do efluente tratado, coletado após as Wetlands, acompanhado do respectivo relatório de amostragem, com a avaliação dos seguintes parâmetros: alcalinidade, alumínio, arsênio, cianetos, bário, boro, cádmio, chumbo, cobalto, cobre, condutividade elétrica, cromo trivalente, cromo hexavalente, DBO, DQO, fenóis, ferro, fósforo total, cálcio, magnésio, manganês, molibdênio, óleos e graxas minerais, pH, sódio, substâncias tensoativas, sulfeto total, nitrogênio total, zinco e coliformes termotolerantes. Deverá ser calculada a Razão de Adsorção de Sódio do efluente (RAS) e classificado de acordo com o Risco de Salinização do Solo;
- 4.5.3- deverá enviar, ANUALMENTE, nos meses de janeiro, RELATÓRIO TÉCNICO, com a respectiva ART do técnico responsável pela elaboração do mesmo, com as seguintes informações e documentos: Análise Básica do Solo, com a inclusão adicional dos seguintes parâmetros em teores totais: sódio, bário, boro, cádmio, chumbo, arsênio, cromo trivalente, cromo hexavalente, cobre e cobalto; Cálculo Percentual de Sódio Trocável no solo (PST); Discussão técnica com relação aos impactos nas características químicas e físicas do solo pela possível influência da aplicação do efluente tratado e Relatório Fotográfico da operação de atividade de aspersão;

5. Quanto às Emissões Atmosféricas:

- 5.1- os níveis de ruído gerados pela atividade industrial deverão estar de acordo com a NBR 10.151, da ABNT, conforme determina a Resolução CONAMA N.º 01, de 08 de março de 1990;
- 5.2- não poderá haver emissão de material particulado visível para a atmosfera;
- 5.3- deverá ser observado o monitoramento referente às emissões atmosféricas geradas pelos equipamentos utilizados no empreendimento, conforme padrão de emissão e frequência de amostragem definidos na Diretriz Técnica n.º 01/2018;
- 5.4- os limites de emissão a serem atendidos e respectivas frequências de monitoramento, com frequência de monitoramento a cada renovação de Licença, para as emissões da caldeira a lenha HBremer são:
 - 5.4.1- Material Particulado: 350 mg/Nm³, em base seca, na condição referencial de oxigênio de 8 %, em condição de operação de plena carga;
 - 5.4.2- Monóxido de carbono: 1.300 mg/Nm³, em base seca, na condição referencial de oxigênio de 8 %, em condição de operação de plena carga;
 - 5.4.3- a emissão de fumaça ou fuligem não poderá ultrapassar, para a densidade colorimétrica, o máximo de 20% (vinte por cento), equivalente ao Padrão 01 da Escala de Ringelmann Reduzida, exceto na operação de ramonagem e na partida do equipamento, conforme determina a Resolução CONAMA N.º 08, de 06 de dezembro de 1990;
 - 5.4.4- não poderá haver emissão de material particulado visível para a atmosfera, com exceção daquele gerado em combustão, que deverá atender à condição e restrição anterior;
- 5.5- o limite de emissão para Material Particulado para moagem de borrachas e assemelhados é de 75 mg/Nm³, base seca, sem correção de oxigênio, com frequência de monitoramento a cada renovação de Licença;
- 5.6- o limite de emissão para Material Particulado para os demais pontos de emissão é de 150 mg/Nm³, base seca, sem correção de oxigênio, com frequência de monitoramento a cada renovação de Licença;
- 5.7- o processo de fabricação de adesivos com a utilização de solventes deverá atender o padrão de emissão de Compostos medidos como Hidrocarbonetos Totais Não Metanos de 50 mg/Nm³, expresso como carbono total, sem diluição, com frequência de monitoramento a cada 2 anos;
- 5.8- deverá ser realizada amostragem de chaminé para monitoramento das emissões atmosféricas geradas no empreendimento (caldeira, bamburys, pesagem de negro de fumo, misturadores de borracha, cabine de aplicação de cola, capelas do laboratório, moinho de cola e fabricação de adesivos), conforme parâmetros, padrões e frequências estabelecidas acima, devendo o empreendedor informar a FEPAM o período de realização das amostragens com antecedência mínima de 30 (trinta) dias; o relatório deverá ser apresentado à FEPAM na mesma periodicidade do monitoramento e deverá atender obrigatoriamente as condições estabelecidas no item 4.9 da Diretriz Técnica FEPAM n.º 01/2018;
- 5.9- as Amostragens, Metodologias, Análises e Relatórios de Amostragem e Análise deverão atender ao estabelecido nos itens 4.8 e 4.9 da Diretriz Técnica FEPAM N.º 01/2018 e suas atualizações;
- 5.10- as atividades exercidas pelo empreendimento deverão ser conduzidas de forma a não emitirem substâncias odoríferas na atmosfera, em quantidades que possam ser perceptíveis fora dos limites de sua propriedade e que causem significativo desconforto olfativo na população;
- 5.11- os equipamentos de processo, assim como os de controle de emissões atmosféricas, deverão ser mantidos operando

adequadamente, para garantir sua eficiência, de modo a evitar danos ao meio ambiente e incômodo à população;

- 5.12- os dutos de saída (chaminés) de todos os sistemas de controle ambiental deverão estar de acordo com o que estabelece o item 4.7 da Diretriz Técnica FEPAM n° 01/2018;
- 5.13- deverão ser adotadas medidas de controle para as operações de recebimento, armazenagem e transferência de matérias-primas, de modo a evitar a emissão de material particulado para a atmosfera ou incômodo à população;
- 5.14- os equipamentos e operações passíveis de provocarem emissões de material particulado deverão ser providos de sistema de ventilação local exaustora e equipamento de controle eficiente, de modo a evitar emissões visíveis para a atmosfera;
- 5.15- as operações de pintura deverão ser realizadas em compartimento próprio, provido de sistema de ventilação local exaustora e equipamento para retenção de material particulado e substâncias odoríferas;
- 5.16- deverá ser mantida à disposição da fiscalização da FEPAM, cópia atualizada do Alvará para Atividade com Cadastro Florestal-RS do fornecedor da lenha a ser utilizada na caldeira/forno;
- 5.17- deverão ser controladas as vibrações mecânicas geradas pela atividade industrial, de modo a não atingir níveis passíveis de causar incômodos à vizinhança;

6. Quanto aos Resíduos Sólidos:

- 6.1- deverão ser segregados, identificados, classificados e acondicionados os resíduos sólidos gerados para a armazenagem provisória na área do empreendimento, observando as NBR 12.235 e NBR 11.174, da ABNT, em conformidade com o tipo de resíduo, até posterior destinação final dos mesmos para local devidamente licenciado;
- 6.2- deverá ser mantido à disposição da fiscalização da FEPAM o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos - PGRS atualizado, acompanhado da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica - ART do profissional responsável pela sua atualização e execução, em conformidade com o estabelecido pela Lei Federal n.º 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, regulamentada pelo Decreto Federal n.º 10.936/2022;
- 6.3- deverá ser verificado o licenciamento ambiental das empresas ou centrais para as quais seus resíduos estão sendo encaminhados, e atentado para o seu cumprimento, pois, conforme o Artigo 9º do Decreto Estadual n.º 38.356 de 01 de abril de 1998, a responsabilidade pela destinação adequada dos mesmos é da fonte geradora, independente da contratação de serviços de terceiros;
- 6.4- fica proibida a queima, a céu aberto ou em recipientes, instalações e equipamentos não licenciados para esta finalidade, de resíduos sólidos de qualquer natureza, conforme estabelece o Artigo 47, alínea III, da Lei Federal n.º 12.305/2010;
- 6.5- deverá ser observado o cumprimento da Portaria FEPAM n.º 087/2018 e alterações, referente ao Sistema de Controle de Transportes de Resíduos - Sistema MTR Online;
- 6.6- o transporte dos resíduos perigosos (Classe I, de acordo com a NBR 10.004 da ABNT) gerados no empreendimento somente poderá ser realizado por veículos licenciados pela FEPAM para Fontes Móveis com potencial de poluição ambiental, devendo ser acompanhado do respectivo "Manifesto de Transporte de Resíduos - MTR", conforme Portaria FEPAM n.º 087/2018, D.O.E. de 30/10/2018;
- 6.7- no caso de envio de resíduos para disposição ou tratamento em outros estados, deverá ser solicitada Autorização para Remessa de Resíduos, Rejeito ou Efluente para fora do Estado do Rio Grande do Sul através do Sistema Online de Licenciamento - SOL, conforme Portaria N.º 458/2024;
- 6.8- não poderão ser enviados resíduos sólidos industriais para aterros de resíduos sólidos urbanos, conforme Resolução CONSEMA n.º 073/2004, de 20 de agosto de 2004;
- 6.9- todo o óleo lubrificante usado ou contaminado deverá ser coletado e destinado à reciclagem por meio do processo de rerrefino, conforme determina a Resolução CONAMA n.º 362, de 23 de junho de 2005, Arts. 1º, 3º e 12;
- 6.10- fica proibida a destinação de embalagens plásticas de óleos lubrificantes pós-consumo em aterros urbanos, aterros industriais ou incineração no Estado do Rio Grande do Sul, devendo as mesmas serem destinadas à reciclagem, a ser realizada pelos fabricantes e distribuidores (atacadistas), conforme a Portaria SEMA/FEPAM n.º 001/2003, publicada no DOE de 13 de maio de 2003;
- 6.11- caso o empreendimento gere resíduos sólidos passíveis de logística reversa conforme a Lei Federal n.º 12.305/2010 e suas regulamentações, deverá destinar corretamente estes resíduos em conformidade com as normas aplicáveis vigentes;
- 6.12- caso o empreendimento gere resíduos sólidos passíveis de logística reversa e que contenham metais pesados, tais como equipamentos eletroeletrônicos inservíveis, pilhas e baterias, baterias chumbo ácido e lâmpadas inservíveis contendo mercúrio, deverá ser atendido o disposto na Diretriz Técnica FEPAM n.º 09/2022 ou legislação que vier a substituí-la;

7. Quanto às Áreas de Tancagem:

- 7.1- existem no empreendimento os seguintes tanques:

Tanque	Nome Substância Armazenada	Volume	Tipo	Estado	Em Operação		Bacia Contenção	
					Sim	Não	Sim	Não
GLP	GÁS GLP	4000 L	Aéreo		X			X
TAN026	ISSOL60/70 Solvente/mistura HC	40000 L	Aéreo		X		X	
TAN027	ISSOL60/160 Solvente/misturaHC	20000 L	Aéreo		X		X	
TAN028	ISSOL60/160 Solvente/misturaHC	20000 L	Aéreo		X		X	
TAN029	AGUARRÁS	5000 L	Aéreo		X		X	
1.1	ÓLEO DE PROCESSO	35000 L	Aéreo		X		X	
1.1*	ÓLEO DE PROCESSO	1000 L	Aéreo		X			X
1.2	ÓLEO DE PROCESSO	35000 L	Aéreo		X		X	
1.2*	ÓLEO DE PROCESSO	1000 L	Aéreo		X			X
1.3	ÓLEO DE PROCESSO	35000 L	Aéreo		X		X	
1.3*	ÓLEO DE PROCESSO	1000 L	Aéreo		X			X
1.4	ÓLEO DE PROCESSO	35000 L	Aéreo		X		X	
1.5	ÓLEO DE PROCESSO	35000 L	Aéreo		X		X	
1.6	ÓLEO DE PROCESSO	35000 L	Aéreo		X		X	
2.1	ÓLEO DE PROCESSO	1000 L	Aéreo		X			X
2.2	ÓLEO DE PROCESSO	1000 L	Aéreo		X			X
2.3	ÓLEO DE PROCESSO	1000 L	Aéreo		X			X
2.4	ÓLEO LUBRIFICANTE	500 L	Aéreo		X			X
2881	ÓLEO LUBRIFICANTE	15000 L	Aéreo		X		X	
3.1	ÓLEO DE PROCESSO	1000 L	Aéreo		X			X
3.2	ÓLEO DE PROCESSO	1000 L	Aéreo		X			X
3.3	ÓLEO PARAFÍNICO	500 L	Aéreo		X			X

- 7.2- o abastecimento dos tanques de combustíveis só poderá ser realizado por veículos licenciados para Fontes Móveis de Poluição na FEPAM;
- 7.3- todas as áreas de tancagem de produtos químicos deverão ser impermeabilizadas e protegidas por bacias de contenção, de modo a evitar a contaminação da área por possíveis vazamentos;
- 7.4- todas as áreas de tancagem (diesel, BPF, CAP, etc.) e de injeção de combustível deverão ser impermeabilizadas e protegidas por bacias de contenção, conforme NBR 17.505 da ABNT, de modo a evitar a contaminação da área por possíveis vazamentos;
- 7.5- a área de tancagem de combustíveis deve ser dotada de pista de abastecimento e descarga com piso de concreto impermeável e sistema de drenagem com canaletas convergindo para uma caixa separadora óleo lama (CSOL);
- 7.6- deverão ser mantidas em bom estado de conservação as bacias de contenção existentes no empreendimento, assegurando a permanente estanqueidade das mesmas;

8. Quanto ao Treinamento de Pessoal:

- 8.1- deverão ser realizados programas de educação ambiental destinados à capacitação dos trabalhadores, visando à melhoria e ao controle efetivo do ambiente de trabalho, bem como sobre as repercussões do processo produtivo no meio ambiente. Os registros contendo, no mínimo, o assunto, os temas abordados, a data de realização, o local, o nome do palestrante, nome dos participantes e assinatura, deverão ficar armazenados no empreendimento para fins de fiscalização, conforme estabelece a Lei Federal n.º 9.795, de 27 de abril de 1999;

9. Quanto aos Riscos Ambientais e Plano de Emergência:

- 9.1- as substâncias inflamáveis (solventes, tintas, thinners, etc.) utilizadas no processo produtivo deverão ser armazenadas conforme disposto na NBR 17.505, da ABNT;
- 9.2- todas as áreas de recebimento, armazenagem e manuseio de produtos químicos deverão ser impermeabilizadas e protegidas por bacias de contenção, com drenagem para sistema de coleta, de modo a evitar a contaminação da área por possíveis vazamentos;
- 9.3- o manuseio de produtos químicos deverá ser realizado com todos os cuidados necessários, procedendo a inspeção e a manutenção dos tanques, tubulações, válvulas e ainda, das bacias de contenção (verificação dos sistemas de impermeabilização), a fim de evitar contaminação da área por possíveis vazamentos;

- 9.4- em caso de acidente ou incidente com risco de danos a pessoas e/ou ao meio ambiente, a Fundação Estadual de Proteção Ambiental - FEPAM deverá ser imediatamente informada através do telefone (51) 99982-7840 (24h);
- 9.5- deverá ser mantido atualizado o Alvará do Corpo de Bombeiros Municipal, em conformidade com as Normas em vigor, relativo ao sistema de combate a incêndio;

10. Quanto ao Monitoramento:

- 10.1- deverá ser enviada eletronicamente à FEPAM, através do Sistema de Manifesto de Transporte de Resíduos - MTR ON LINE, a Declaração de Movimentação de Resíduos - DMR, com periodicidade trimestral, em conformidade com a Portaria FEPAM nº 87/2018, e alterações; para tanto, o cadastro no sistema MTR, deve estar atualizado com o número do empreendimento (MENU > Configurações > Meus Dados);

11. Quanto à Publicidade da Licença:

- 11.1- deverá ser fixada junto ao empreendimento, em local de fácil visibilidade, placa para divulgação do licenciamento ambiental, conforme modelo disponível no site da FEPAM, <www.fepam.rs.gov.br>. A placa deverá ser mantida durante todo o período de vigência desta licença;

III - Documentos a apresentar para renovação desta Licença:

- 1- acessar o SOL - Sistema On Line de Licenciamento Ambiental, em www.sol.rs.gov.br, e seguir as orientações preenchendo as informações e apresentando as documentações solicitadas. O Manual de Operação do SOL encontra-se disponível na sua tela de acesso;
- 2- relatório de monitoramento das emissões atmosféricas em todas as fontes ativas de emissão do empreendimento, incluindo no mínimo todos os poluentes de impacto atmosférico condicionados nessa licença. A amostragem e o relatório deverão atender aos itens 4.8 e 4.9 da Diretriz Técnica 01/2018;
- 3- Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos - PGRS atualizado, acompanhado da respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica - ART do profissional responsável, em conformidade com o estabelecido pela Lei Federal n.º 12.305/2010, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, regulamentada pelo Decreto Federal n.º 10.936/2022;

Havendo alteração nos atos constitutivos, a empresa deverá fazer Pedido de Alteração no SOL, imediatamente, sob pena do empreendedor acima identificado continuar com a responsabilidade sobre a atividade/empreendimento licenciada por este documento;

Esta licença é válida para as condições acima até 10 de janeiro de 2030, caso ocorra o descumprimento das condições e restrições desta licença, o empreendedor estará sujeito às penalidades previstas em Lei.

Esta licença não dispensa nem substitui quaisquer alvarás ou certidões de qualquer natureza exigidos pela Legislação Federal, Estadual ou Municipal, nem exclui as demais licenças ambientais;

Esta licença deverá estar disponível no local da atividade licenciada para efeito de fiscalização.

Data de emissão: Porto Alegre, 10 de janeiro de 2025.

Este documento é válido para as condições acima no período de 10/01/2025 a 10/01/2030.

Este documento foi certificado por assinatura digital, processo eletrônico baseado em sistema criptográfico assimétrico, assinado eletronicamente por chave privada, garantida integridade de seu conteúdo e está à disposição no site www.fepam.rs.gov.br.

fepam®.

DOCUMENTO ASSINADO POR

DATA

CPF/CNPJ

VERIFICADOR

Gabriel Simioni Ritter

13/01/2025 13:13:49 GMT-03:00

01081643064

assinatura válida